

Irritado, Sarney desmente Moreira sobre as eleições

O presidente José Sarney manifestou ao secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, sua irritação com as versões dadas pelo governador Moreira Franco sobre o encontro que tiveram terça-feira no Planalto. Sarney nega que tenha reconhecido ser irreversível a realização de eleições presidenciais no próximo ano e diz ter comentado apenas que não pretende interferir na decisão da Constituinte sobre o seu mandato.

Milton Reis informa ter cobrado de Sarney essa declaração até porque o «Centrão» vem trabalhando pela reversão dos quatro anos aprovados pela Comissão de Sistematização. «Eu disse a ele: mas, Presidente, nós estamos trabalhando num sentido e o sr. vem no outro», conta o secretário-geral do PMDB. Segundo ele, Sarney respondeu: «Não é verdade. O que o Moreira está dizendo não é verdade». O Presidente também,

segundo Milton Reis, protestou contra o fato de Moreira Franco ter informado que fora chamado ao Palácio. «Isso eu mandei retificar logo após a audiência solicitada por ele», esclareceu Sarney ao deputado.

Entusiasmo

O secretário-geral do PMDB, que conversou com Sarney durante 20 minutos no início da tarde, revelou que ele continua entusiasmado com a ação do «Centrão» na Constituinte. Milton Reis ressalta, porém, que o entusiasmo de Sarney deve-se ao fato de que o grupo tenta aperfeiçoar os trabalhos da Constituinte para dar governabilidade ao País, mas não relaciona isso a uma eventual decisão sobre o mandato. «O Presidente me repetiu aquilo que disse ao governador Moreira Franco — não vai interferir nos trabalhos da Constituinte».

Um desmentido sintomático

Ademir Malavazi
Editor de Política

O presidente José Sarney mudou mais uma vez de postura em relação ao mandato que lhe resta: após a vitória do grupo conservador «Centrão» no plenário da Constituinte, voltou a acreditar nas chances de permanecer no Palácio do Planalto até março de 1990 — e apesar das reiteradas declarações de que não interferirá no trabalho de elaboração da nova Carta fará tudo o que estiver ao seu alcance (e talvez um pouco mais) para ver essa tese vitoriosa.

Esta é a leitura que se pode fazer do desmentido presidencial, por intermédio do deputado Milton Reis, a afirmação atribuída a Sarney pelo governador Moreira Franco, segundo a qual o chefe do governo acredita serem as eleições no próximo ano «irreversíveis».

O desmentido soa estranho. O próprio presidente Sarney declarou no dia 18 de novembro, em Goiânia, durante entrevista: «Vou fazer tudo para viabilizar as eleições diretas em 88». No dia 16 (24 horas após a Comissão de Sistematização ter fi-

xado o mandato presidencial em quatro anos), o próprio líder do governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna, considerava o pleito «irreversível» e assegurava que sua opinião refletia «a posição de Sarney».

Não bastassem essas declarações, no dia 19 de novembro os senadores Gerson Camata e João Calmon, do Espírito Santo, deram declarações semelhantes logo após audiência com o Presidente. Ambos afirmaram ter ouvido de Sarney que «as eleições presidenciais no próximo ano são irreversíveis», e que o chefe do Governo «vai fazer todo, esforço para que (elas) se realizem».

Nenhuma dessas declarações mereceu qualquer desmentido por parte do Palácio do Planalto.

Se o governador fluminense o foi, a razão encontra-se no crescimento das correntes conservadoras dentro da Constituinte, que, conjugadas a interesses partidários e pessoais de pretensos candidatos por outras agremiações, devolvem as esperanças a José Sarney de permanecer no cargo por mais dois anos e três meses.

PDT conclui que tem mais chance em 89

No encontro que o ex-governador Leonel Brizola manteve, no último fim de semana, no Rio de Janeiro, com a bancada do PDT na Câmara, registrou-se o consenso de que as chances de vitória brizolista na disputa pela Presidência da República seriam bem maiores se as eleições fossem realizadas em 1989 do que no próximo ano. Ou seja, se o mandato do presidente Sarney fosse de cinco anos e não de quatro, como pregam os partidos de esquerda, incluindo o próprio PDT.

Essa avaliação pedetista foi tornada pública ontem por parlamentares que participaram do encontro do Rio, com a ressalva de que ela não significa uma mudança de posição do partido, mas apenas uma constatação. Segundo o ex-líder Bocaiuva Cunha, os presentes à reunião concluíram que a eleição em 1989 «seria melhor para Brizola mas não necessariamente para o País».

Brizola prometeu vir a Brasília nos próximos dias para prosseguir a discussão, com a bancada, de outras questões que chegaram a ser abordadas no fim de semana, sendo a principal delas a busca de uma posição homogênea dos pedetistas no plenário da Constituinte. Semana passada, na primeira votação do projeto do novo Regimento da Assembléia, quatro deputados do PDT colaboraram com o «Centrão» na formação de quorum e um deles — Feres Nader, do Rio — chegou a ser ameaçado de expulsão do partido porque votou a favor da proposta.

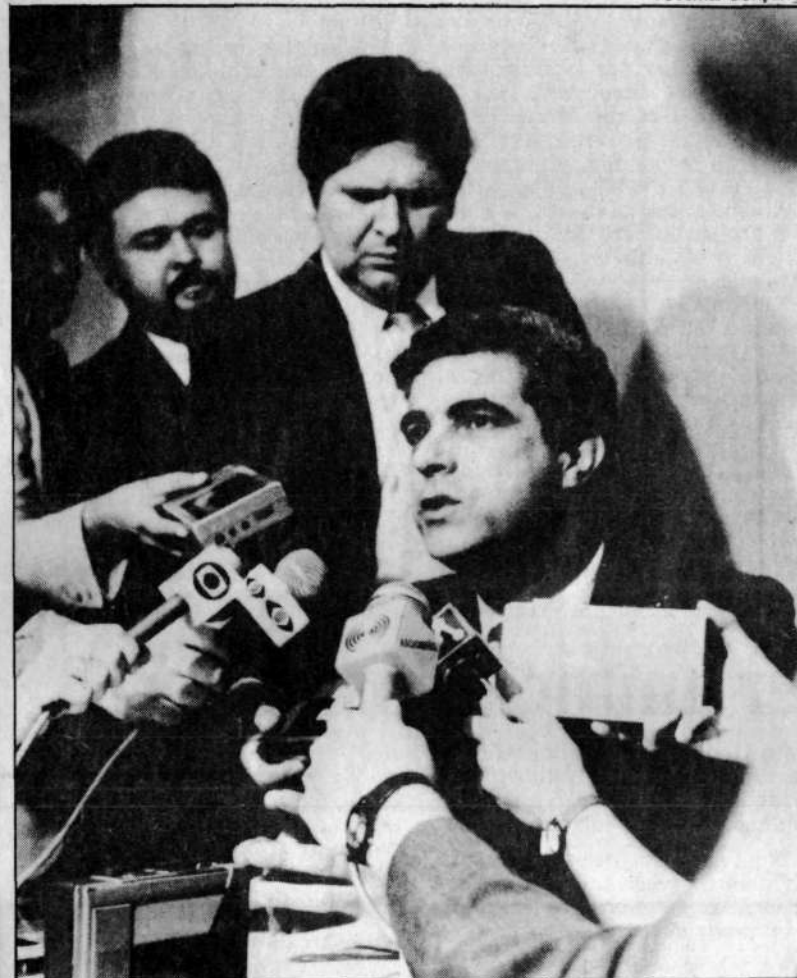
Por que 89

Os pedetistas e Brizola têm dois motivos para acreditar que suas chances são maiores em 1989: a crença, desoladora, de que a tendência da crise brasileira é agravar-se em ritmo incontornável, com o aprofundamento do desgaste do governo Sarney e do PMDB e o entendimento de que, numa disputa presidencial, simultânea com o pleito municipal — como ocorreria em 1988 — o candidato do PMDB teria a grande vantagem de contar com uma gigantesca estrutura partidária, que cobre quase dois terços dos municípios brasileiros. Além de cerca de 3.000 diretórios municipais, o PMDB controla a maioria das prefeituras, 22 dos 23 governos estaduais e milhares de vereadores, uma estrutura 20 vezes maior que a do PDT.

Mesmo com a melhor perspectiva para 89, pedetistas como Bocaiuva Cunha e Luiz Alfredo Salomão ponderam que «a questão é saber se o País agüenta o atual desgoverno até lá». Na dúvida, entendem que o partido deve continuar na luta pelas diretas-88.

“Centrão” garante ter 200 votos pelos 5 anos

Josemar Gorçães



Costa Couto prevê derrota da proposta dos quatro anos

Deputado busca apoio a diretas em outubro

Depois de ser recebido pelo presidente José Sarney, ontem pela manhã, o deputado Milton Reis (PMDB-MG) iniciou em plenário, durante a votação do substitutivo que altera o Regimento Interno da Constituinte, o recolhimento de assinaturas para a apresentação de emenda que prevê a manutenção do sistema presidencialista de governo com eleições presidenciais para 3 de outubro de 1989.

Segundo Milton Reis, em menos de 30 minutos mais de 100 constituintes já haviam apoiado a sua proposta. Pela emenda, o sucessor do presidente Sarney seria empossado em 31 de janeiro de 1990 e não em 15 de março, conforme a tradição política brasileira.

De acordo com o projeto de Constituição aprovado pela Comis-

são de Sistematização, que terá que passar ainda pelo crivo do plenário, o sistema de governo deverá ser o parlamentarista e o mandato do atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1989.

Animado pela conversa com Sarney, Milton Reis, que ocupa o cargo de secretário-geral do PMDB, passou a colher assinaturas para manter o presidencialismo como forma de governo e fixar o mandato do Presidente em cinco anos.

Milton Reis é um dos parlamentares mais ligados a Sarney no Congresso Nacional. Ele foi um dos articuladores da proposta presidencialista na Comissão de Sistematização que acabou sendo derrotada.

O grupo «Centrão» já assegura mais de 200 votos em favor do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. A informação é do ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Ele atribuiu a avaliação ao senador maranhense Edison Lobão (PFL), autor, no Senado da emenda em favor dos cinco anos para o atual presidente da República.

A tese dos cinco anos já começa novamente a ser reforçada no Palácio do Planalto. Ontem, logo após transmitir esta informação, o ministro Costa Couto dirigiu-se aos jornalistas e perguntou: «E vocês, o que acham? Vai dar quatro ou cinco anos?», insinuando que a proposta aprovada pela Comissão de Sistematização (quatro anos) pode ser derrotada agora.

Apesar disso, o ministro garantiu que a proposta apresentada pelo senador maranhense «foi gerada» dentro do Legislativo. Disse ele que «até por questões éticas o presidente Sarney não está se envolvendo nos debates da Constituinte».

Indagado sobre a ligação entre os «centristas» e a Presidência da República, o chefe do Gabinete Civil mais uma vez negou um vínculo entre o grupo e o presidente Sarney. «O Centrão», disse Costa Couto, «é um movimento da maior importância. Tem sido atuante e a grande maioria dos parlamentares se identifica com as propostas do Governo. Mas isto não significa que o «Centrão» esteja vinculado ao Governo. De qualquer forma, não há dúvida de que as teses se identificam».

Homogêneo

Sobre o grupo dos «sensatos», Costa Couto disse que a tradição política brasileira «propicia a formação de grupos». Estes grupos, entretanto, disse o ministro, só sobrevivem quando partem de pontos de vista coincidentes.

«As aglutinações são normais» — disse Costa Couto. «Elas são frequentes em qualquer parlamento. Elas só se tornam sólidas quando há coincidências de pontos de vista sobre as questões fundamentais do Brasil. O «Centrão» tem uma visão homogênea sobre muitos pontos. Por isso, mais condições de subsistir».